

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.866.198 - RJ (2020/0059724-1)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**RECORRIDO : HENRIQUE PEREIRA DA COSTA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, interposto em desfavor de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta dos autos que o réu foi condenado pela prática do crime previsto no artigo 157 (roubo), § 2º, inciso I, do Código Penal, às penas de 08 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 40 (quarenta) dias-multa.

Irresignada a parte e interposto recurso, restou este parcialmente provido para alteração da pena fixada para *05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime semiaberto, e pagamento de 13 (treze) dias - multa*, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 261):

*APELAÇÃO CRIMINAL ART. 157, § 2º, I, DO CÓDIGO PENAL SENTENÇA CONDENATÓRIA. APELO DEFENSIVO OBJETIVANDO A ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. EM CARÁTER SUBSIDIÁRIO, REQUER O AFASTAMENTO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA REFERENTE AO EMPREGO DE ARMA DE FOGO E A REDUÇÃO DA PENA APLICADA.*

*1. Pleito absolutório que não merece acolhida. Materialidade e autoria delitivas que restaram devidamente demonstradas, notadamente pelo registro de ocorrência, pelo reconhecimento do apelante realizado pela vítima em juízo, bem como pela prova oral produzida sob o crivo do contraditório e ampla defesa.*

*2. Majorante decorrente do emprego de arma de fogo que deve ser mantida. Incidência da causa de aumento de pena trazida no inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal que deve ser operada diante de elementos de prova indicando o emprego do instrumento na ação criminosa, o que inclui as declarações ofertadas pela vítima, que in casa declarou que a sua motocicleta foi subtraída mediante grave ameaça, exercida com o emprego de arma de fogo.*

*3. Dosimetria da pena. Pena -base que deve ser reduzida ao mínimo legal, afastando-se os maus antecedentes, ante a ausência nos autos de condenações com informação hábil a evidenciar a existência de*

*trânsito em julgado.*

*4. Afastamento da agravante da reincidência que se impõe, pois também reconhecida com base em esclarecimentos da FAC, advindos de mera consulta processual.*

*5. Redimensionamento da resposta penal aos patamares de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, 13 (treze) dias - multa, à razão unitária mínima legal.*

*6. Abrandamento do regime prisional inicial para o semiaberto, ante o quantum da pena e o afastamento da reincidência, nos termos do art. 33, 5 2º, "b", e §3º, do Código Penal.*

**RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.**

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega contrariedade aos artigos 59, 61, I e 63 do Código Penal, bem como ao artigo 155 do Código de Processo Penal.

Requer que seja reformado o acórdão, para que sejam reconhecidos os maus antecedentes e a reincidência do recorrido, com o consequente remodelamento da reprimenda e readequação do regime de cumprimento da pena.

Contrarrazões às fls. 300/642.

Admitido o recurso (fls. 644/646) os autos vieram a esta Corte.

Parecer ministerial proferido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 661):

***PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. RECONHECIMENTO DA REINCIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.***

É o relatório. Decido.

Merece provimento a pretensão recursal.

A parte recorrente requer que seja reformado o acórdão, para que sejam reconhecidos os maus antecedentes e a reincidência do recorrido.

Quanto ao tema, o Tribunal de origem destacou (e-STJ, fl. 266):

*Como se vê, na FAC de fls. 85/96 não consta condenação com informação relativa a trânsito em julgado, tendo sido esclarecida pelos documentos de fls. 97/133 - andamento processual -, que, todavia, não se revelam hábeis a produzir tais efeitos legais, como expressamente constante da referida documentação.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Nessa toada, à mingua de documento apto a evidenciar a existência de maus antecedentes, deve ser afastado o reconhecimento desta circunstância e reduzida a pena -base ao mínimo legal, ou seja, 04 (quatro) anos e 10 (dez) dias -multa.*

*Na segunda fase da dosimetria, a circunstância agravante da reincidência foi reconhecida com base na anotação de fls. 04, esclarecida pelo documento de fls. 134/149, o qual também se trata de mero extrato de consulta processual, sem efeitos legais, pelos motivos já mencionados. Assim, afasta-se a incidência da referida agravante, mantendo-se as penas intermediárias em 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias -multa.*

Com efeito, "a jurisprudência desta Corte tem entendido desnecessária a juntada de certidão cartorária como prova de maus antecedentes ou reincidência, admitindo, inclusive, informações extraídas do sítio eletrônico de Tribunal como evidência nesse sentido." (AgRg no AREsp 549.303/ES, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 29/05/2015)

Neste sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. TRÁFICO (44 PORÇÕES DE CRACK). CERTIDÃO CARTORÁRIA JUDICIAL PARA COMPROVAR OS MAUS ANTECEDENTES. REINCIDÊNCIA. DESNECESSIDADE.**

*1. A jurisprudência desta Corte tem entendido desnecessária a juntada de certidão cartorária como prova de maus antecedentes ou reincidência, admitindo, inclusive, informações extraídas do sítio eletrônico de Tribunal como evidência nesse sentido.*

*2. Agravo regimental improvido.*

*(AgRg no AREsp 549.303/ES, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 29/05/2015)*

Assim, deve ser restabelecida a pena fixada na sentença primeva, em seus exatos termos.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator